



Construção participativa da Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Sociobiodiversidade do Amapá

Participatory construction of the Amapá State Policy of Agroecology, Organic Production and Socio-biodiversity

EULER, Ana Margarida Castro¹; BORGES, Wardsson Lustrino¹; CASTRO, Luiz Cabral², MIRANDA, Marcelo³, LEAL, José Luis dos Santos⁴, ALMEIDA, Verena⁵.

¹ Embrapa Amapá, ana.euler@embrapa.br; wardsson.borges@embrapa.br, ² Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá, luizccastro.ap@gmail.com; ³ Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, marcellotab@yahoo.com.br, ⁴ Universidade Federal do Amapá, csluisleal@gmail.com,

⁵Okearô Socioambiental, okearosocioambiental@gmail.com

Eixo temático: Políticas públicas e Agroecologia

Resumo: O Amapá é um estado marcado pela sua sociobiodiversidade que reúne povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares em um território com 73% de áreas protegidas, coberto por florestas, savanas, campos inundáveis, manguezais, ilhas fluviais e zona costeira. Cerca de 31 mil pessoas vivem em estabelecimentos rurais, a grande maioria (90%) em pequenas propriedades tendo como principais culturas a mandioca (55%) e o açaí (64%). Em 2017 se inicia o processo de construção participativa da Peapos-AP, e em 2018 são realizados três seminários nos territórios rurais com a participação de 388 representantes da agricultura familiar de 11 dos 16 municípios de estado. Esse relato pretende contar o histórico do processo que está em curso, apresentar os principais resultados das escutas e fazer uma reflexão sobre as lições aprendidas e desafios ainda existentes para a concretização deste importante marco regulatório.

Palavras-chave: agricultura familiar; extrativismo; desenvolvimento rural, políticas públicas.

Keywords: family farming; extractivism; rural development, public policies.

Introdução

O Amapá é um estado marcado pela sua sociobiodiversidade que reúne povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares em um território com 73% de áreas protegidas, coberto por florestas, savanas, campos inundáveis, manguezais, ilhas fluviais, zonas costeiras banhadas pelas águas do majestoso rio Amazonas.

Segundo os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), existem no Amapá 8.507 estabelecimentos agropecuários e 30.719 pessoas vivendo nestes estabelecimentos. Deste total, 90% são pequenas propriedades com até quatro (04) Módulos Fiscais¹ e as culturas principais são a mandioca (55%) e o açaí (64%) além de uma grande diversidade de produtos extrativistas (mais de 30) com destaque para castanha-do-brasil, bacaba, bacuri, buriti, cacau, cajarana, cupuaçu, murumuru,

¹ Módulo Fiscal (MF) é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais poderem ser consideradas economicamente viáveis (BRASIL, 2005). No Amapá o MF varia de 50-70 ha.



pequi, andiroba, entre outros. Segundo o INCRA (2017) o Amapá possui 54 assentamentos, em uma área de 2.245.309,57 ha onde estão assentadas 14.723 famílias.

A agricultura no Amapá ainda é caracterizada pelo sistema de corte-queima-plantio-pousio. 84% das propriedades não usam calcário e 70% não fazem uso de qualquer tipo de adubo. 12% declaram fazer uso de agrotóxicos e 1,2% declaram fazer agricultura orgânica (IBGE, 2019). Os agricultores de um modo geral, tem baixo grau de escolaridade, 56% tem ensino fundamental e 18,5% nunca chegaram a frequentar escola. A principal estratégia para reverter esse quadro são as escolas famílias agrícolas (Efas), que tem o ensino de alternância como ambiente de integração família, comunidade e escola e cujo objetivo principal é incentivar os jovens a permanecerem no campo. O Estado possui, atualmente, cinco escolas famílias nos municípios de Macapá, Pedra Branca do Amapari, Mazagão (02) e Tartarugalzinho².

É neste contexto que a Política Estadual de Agroecologia, Produção Orgânica e Sociobiodiversidade - Peapos vem sendo construída desde 2017. A participação de representantes do Governo Estadual e da sociedade civil nas reuniões da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo) e na construção do Plano Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) foi fator decisivo motivador para esta proposta.

Esse relato pretende contar o histórico do processo que está em curso, apresentar os resultados colhidos até o momento e fazer uma reflexão sobre as lições aprendidas e desafios ainda existentes para a concretização deste marco regulatório. Esperamos desta forma dar visibilidade a iniciativa e ter certeza que as vozes e opiniões expressas pelos agricultores e agricultoras amapaenses chegarão a outros agricultores, técnicos e tomadores de decisão, sendo traduzidas em políticas públicas e incentivos à valorização da produção familiar saudável e o fortalecimento da economia local e regional.

Metodologia de construção da Peapos

No primeiro semestre de 2017 a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) participou da 17ª Reunião Plenária da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo). A participação da SDR como membro da Cnapo deu início à elaboração da proposta do projeto de lei estadual (PL) para regulamentação da Pnapo, e uma primeira versão da minuta do PL foi encaminhada para 27 instituições de governo (estadual e federal), da sociedade civil e do setor privado. Além disso foi lançada, em setembro, uma consulta pública digital, que ficou disponível por três meses na página oficial do Governo do Estado.

² Uma nova Efa está em construção no município de Macapá, a Efa do Bailique.



Em dezembro de 2017 aconteceu o 3º Seminário do Planapo Região Norte, em Belém (PA), com a participação de uma delegação de representantes do Amapá, SDR, Embrapa AP, Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS), Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap), Rede de Escolas Família do Amapá (Raefap), Conselho dos Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (Ccpio) e a Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário no Amapá. O evento oportunizou a troca de experiências entre os diferentes representantes dos estados da Amazônia e a construção de Planos de Ação para cada Estado. Como primeiro ponto da agenda do Amapá destacamos a articulação para realização de um Seminário Estadual para discutir o projeto de lei.

Já no início de 2018, a agenda foi colocada em prática tendo sido realizada uma reunião entre os representantes da delegação e o Secretário da SDR para apresentação do Plano de Ação e proposição do evento. Como encaminhamentos, foi criada uma comissão composta por RURAP, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Embrapa-AP e SEAD. Foi traçado um plano de articulação junto às prefeituras para apoiar o transporte dos participantes, com os Institutos Federais (IFs) para incluir a participação dos estudantes. Finalmente ficou decidido sobre a necessidade de levar as escutas públicas aos territórios rurais do estado. Considerando as peculiaridades regionais, a comissão definiu três territórios abrangendo 11 dos 16 municípios do Amapá, à saber: 1. Território Norte somado à região dos lagos (Calçoene, Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho); 2. Território Centro-Oeste (Ferreira Gomes, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio); e, 3. Território Sul (Mazagão, Laranjal do Jari e Vitória do Jari). Os municípios de Macapá, Santana, Itaubal, Cotias e Oiapoque não participaram dos seminários por questões logísticas e/ou por falta de apoio dos municípios.

A programação dos seminários foi dividida em três momentos: 1. Apresentação da Política e do Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; 2. Apresentação do histórico de construção da política estadual, seus objetivos e diretrizes; 3. Grupos de trabalho separados em cinco eixos temáticos³; 4. Apresentação dos grupos em plenária, discussão e colheita de propostas.

Ao final de cada evento, as informações geradas foram sendo sistematizadas e apresentadas nas plenárias seguintes, expostas em banners para consulta, assim como um glossário com a apresentação dos principais conceitos mencionados no PL (agroecologia, sociobiodiversidade, certificação orgânica, economia solidária, etc). Os participantes foram estimulados a contribuir na construção da política estadual a partir de suas vivências e conhecimentos.

Resultados e Discussão

³ 1. Ensino, pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) 2. Produção, Comercialização e Consumo de Produtos Orgânicos 3. Medidas Fiscais e Tributárias 4. Convênios, Termos de Cooperação e Certificação Orgânica 5. Sociobiodiversidade



O processo de participação para construção da política estadual teve início com a consulta direta as instituições e disponibilização da primeira versão da minuta no site oficial do Governo do Estado, com pouca ou nenhuma efetividade de participação, o que apontou a necessidade de realização de escutas públicas.

Foram então realizados três seminários nos municípios de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Pracuúba, reunindo um total de 388 participantes, entre agricultores, estudantes e representantes de governo. A maior participação foi do público masculino (59%), embora a participação feminina tenha sido marcada por diversas falas e apresentações de mulheres presidentes de associações. Um total de 210 contribuições foram apresentadas em plenária, com maior número de propostas no eixo Sociobiodiversidade, o que elevou este tema ao título da política. Isso reforça a vocação natural do estado associada as suas características socioambientais e a necessidade de que os incentivo as atividades produtivas estejam em consonância com o uso e a conservação dos recursos naturais e sistemas de produção de base agroecológica (Figura 1).

A demanda por agroindustrialização e formação na área de gestão para cooperativas foi bastante discutida como condição indispensável para agregação de valor, acesso dos produtos a novos mercados e políticas como Pnae e PAA (ex: polpa de frutas, castanha). No eixo de ensino e pesquisa, o apoio as Escolas Família é uma prioridade, assim como a demanda de aproximação dos Institutos Federais aos agricultores. Apoio ao escoamento da produção e assistência técnica também foram destacados em todos os territórios.



Figura 1. Imagens dos seminários realizados em Pracuúba, Laranjal do Jari e Pedra Branca do Amapari. Fotos: Ana M. C. Euler



Os povos indígenas não foram consultados, sendo necessário um seminário específico para promoção desta consulta. Também a realização de um evento final na capital, Macapá, para sensibilização dos comerciantes e consumidores finais dos produtos da agricultura familiar do Amapá. Finalmente, há de se considerar uma estratégia de comunicação para informar a sociedade sobre a importância desta política, de forma a criar ambiente para sua aprovação pela Assembleia Legislativa.

Conclusões

A experiência de construção participativa da Peapos-AP foi motivada pela participação de representantes do Governo Estadual e da sociedade civil na Cnapo e no Seminário Regional Norte para construção da Planapo.

O processo de escutas públicas, feito por meio de seminários nos territórios rurais se mostrou bastante efetivo e contou com a participação de representantes da agricultura familiar de 11 dos 16 municípios de estado. A consulta pública feita pela rede mundial de computadores foi irrelevante. O envolvimento das Prefeituras na mobilização e apoio logístico dos participantes foi fundamental para o sucesso dos eventos.

A sociobiodiversidade se destacou como tema que caracteriza a vocação produtiva no Amapá e investimentos em pesquisa e estruturação de suas cadeias produtivas necessários. Apoio as Efas e Institutos Federais são estratégias prioritárias para formação e fixação da juventude rural no campo.

O processo de consulta precisa ser estendido aos povos indígenas e aos produtores e consumidores urbanos de Macapá e Santana, municípios que tem uma expressiva produção periurbana e onde se concentra cerca de 70% da população do estado.

Referências bibliográficas

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2017. **Incra nos Estados - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

_____. Instrução Especial/Incra/nº 03, de 11 de abril de 2005. Estabelece o Módulo Fiscal para os Municípios constantes da tabela anexa. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/ie03_2005.pdf> Acesso em: 03jul.2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo **agropecuário 2017**: resultados preliminares. Amapá. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.